



Impactos das Tecnologias nas Ciências Agrárias 3

**Carlos Antônio dos Santos
Júlio César Ribeiro
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2019

Carlos Antônio dos Santos
Júlio César Ribeiro
(Organizadores)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Agrárias 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
134	<p>Impactos das tecnologias nas ciências agrárias 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Carlos Antônio dos Santos, Júlio César Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Impactos das Tecnologias nas Ciências Agrárias; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-661-4 DOI 10.22533/at.ed.614193009</p> <p>1. Ciências agrárias. 2. Pesquisa agrária – Brasil. I. Santos, Carlos Antônio dos. II. Ribeiro, Júlio César. III. Série. CDD 630</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Grande Área denominada Ciências Agrárias é uma das maiores e mais completas áreas do conhecimento. Nesta, destacam-se subáreas como: a agronomia, recursos florestais e engenharia florestal, engenharia agrícola, zootecnia, medicina veterinária, recursos pesqueiros e engenharia de pesca, ciência e tecnologia dos alimentos, além de suas respectivas e inúmeras especialidades. Estas vertentes, que são contempladas pelas Ciências Agrárias, estão intimamente relacionadas a atividades que trazem geração de desenvolvimento econômico, ambiental e social ao Brasil.

É importante destacar que o processo de geração do conhecimento brasileiro nas Ciências Agrárias deve ocorrer de forma célere, considerando que o país possui bases agrícolas, com dimensão continental, além de ser contemplado com uma rica e importante biodiversidade. Com isso, existe uma grande necessidade de se compilar os novos desdobramentos e tecnologias que têm sido criadas e discutidas na atualidade visando o fortalecimento desta grande área.

Diante dessa demanda, foi proposta a elaboração do presente *e-book* “Impactos das Tecnologias nas Ciências Agrárias” que, em seu terceiro volume, traz ao grande público 19 capítulos selecionados de modo a contemplar os diferentes segmentos abrangidos pela grande área. Em função disso, o leitor poderá desfrutar de trabalhos relacionados a diferentes formas de uso do solo, qualidade da água, biocontrole de pragas, genealogia na avaliação genética de aves de postura, sustentabilidade e conflitos socioambientais, agricultura familiar, e outros.

Os organizadores agradecem aos autores vinculados a diferentes instituições brasileiras de ensino, pesquisa, e extensão por compartilharem os resultados de seus estudos na presente obra. Espera-se, portanto, que os trabalhos aqui apresentados sejam capazes de informar, estimular o conhecimento técnico-científico e colaborar para o desenvolvimento das Ciências Agrárias.

Carlos Antônio dos Santos

Júlio César Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
COMPORTAMENTO TEMPORAL DO USO DE SOLO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIO CASTELO – TRECHO URBANO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES	
Caio Henrique Ungarato Fiorese	
DOI 10.22533/at.ed.6141930091	
CAPÍTULO 2	9
QUALIDADE DA ÁGUA DISPONIBILIZADA AO LONGO DO CANAL DO SERTÃO	
Julielle dos Santos Martins	
Walter Soares Costa Filho	
Larissa Isabela Oliveira de Souza	
Jonas dos Santos Sousa	
Johnnatan Duarte de Freitas	
Jessé Marques da Silva Júnior Pavão	
Joao Gomes da Costa	
Aldenir Feitosa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6141930092	
CAPÍTULO 3	18
DIAGNÓSTICO DA CAFEICULTURA IRRIGADA EM MINAS GERAIS	
Kleso Silva Franco Júnior	
Bernardino Cangussu Guimarães	
Julian Silva Carvalho	
Nilton de Oliveira Silva	
Marcio Souza Dias	
Thiago Luís Nogueira	
Juciara Nunes de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.6141930093	
CAPÍTULO 4	23
EFEITO DO USO DO MULCHING PLÁSTICO NA CULTURA DO CAFEIEIRO IRRIGADO	
Ricardo Alexandre Lambert	
João Antônio da Silva	
Geovany Caldas Ramos	
Aldaisa Martins da Silva de Oliveira	
Luiza Faria Gobbi	
Daniela Araújo Cunha	
Raul de Moraes Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.6141930094	
CAPÍTULO 5	29
DETERMINAÇÃO DE PLANTIO DIRETO APÓS QUANTIFICAÇÃO DE COBERTURA MORTA ANTES E DEPOIS DO MANEJO	
Poliana Maria da Costa Bandeira	
Jonatan Levi Ferreira de Medeiros	
Priscila Pascali da Costa Bandeira	
Ana Beatriz Alves de Araújo	
Suedêmio de Lima Silva	
Erlan Tavares Costa Leitão	
Antônio Aldísio Carlos Júnior	
Isaac Alves da Silva Freitas	

Gleydson de Freitas Silva
Antônio Diego da Silva Teixeira
Ana Luiza Veras de Souza
Igor Apolônio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6141930095

CAPÍTULO 6 37

PRODUTIVIDADE DO MILHO SAFRINHA EM SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Vinicius Marchioro
Hugo Miranda Faria
Almir Salvador Neto
Henildo de Sousa Pereira
Daniel Dalvan do Nascimento
Fernando Oliveira Franco
José Eduardo Corá

DOI 10.22533/at.ed.6141930096

CAPÍTULO 7 45

CORRELAÇÃO ENTRE TESTES DE EMERGÊNCIA E DIFERENTES SUBSTRATOS ALTERNATIVOS EM SEMENTES DE TAMARINDO (*Tamarindus indica* L.)

Josefa Juciara Sousa de Freitas
Djair Alves de Melo
Mislene Rosa Dantas
Prisana Louise Cortêz Dantas
Joab Josemar Vitor Ribeiro do Nascimento
George Henrique Camêlo Guimarães
Cosma Layssa Santos
Lucas Borchardt Bandeira
Damila Karen Cardoso de Melo

DOI 10.22533/at.ed.6141930097

CAPÍTULO 8 55

GRANDES PROGRAMAS DE BIOCONTROLE DE PRAGAS-CHAVE DE PLANTIOS DE SOJA, MILHO E PINUS

Artur Vinícius Ferreira dos Santos
Débora Oliveira Gomes
Raphael Coelho Pinho
Josiane Pacheco de Alfaia
Raiana Rocha Pereira
Lyssa Martins de Souza
Shirlene Cristina Brito da Silva
Telma Fátima Vieira Batista

DOI 10.22533/at.ed.6141930098

CAPÍTULO 9 66

EFEITO DA ADUBAÇÃO NITROGENADA E INOCULAÇÃO DE SEMENTES COM *Azospirillum brasilense* SOBRE CARACTERÍSTICAS COMERCIAIS DE MINIMILHO NO PERÍODO DE OUTONO-INVERNO NO NOROESTE DO PARANÁ

Murilo Fuentes Pelloso
Pedro Soares Vidigal Filho
Alex Henrique Tiene Ortiz
Alberto Yuji Numoto

DOI 10.22533/at.ed.6141930099

CAPÍTULO 10 77

ANTAGONISMO IN VITRO DE *Thielaviopsis paradoxa* E *Fusarium oxysporum* POR FUNGOS RIZOSFÉRICOS ASSOCIADOS À CACTÁCEAS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO E EFICIÊNCIA DE DUAS TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO

Matus da Silva Nascimento
Matias da Silva Nascimento
Carlos Eduardo da Silva
Crisea Cristina Nascimento de Cristo
Clayton dos Santos Silva
Tania Marta Carvalho dos Santos
João Manoel da Silva

DOI 10.22533/at.ed.61419300910

CAPÍTULO 11 86

DETECÇÃO DE DIFERENTES FATORES DE PATOGENICIDADE DA *Escherichia coli* ENTEROPATOGÊNICA E *Clostridium perfringens* TIPO C NO BRASIL

Gabriela Ibanez
Isaac Rodriguez-Ballarà
Cristiana Portz

DOI 10.22533/at.ed.61419300911

CAPÍTULO 12 89

RESPOSTA DA DEPOSIÇÃO E CONTROLE DE HERBICIDAS ASSOCIADOS A ADJUVANTES EM DIFERENTES HORÁRIOS DE APLICAÇÃO EM AZEVÉM SUSCETÍVEL E RESISTENTE AO GLYPHOSATE

Cleber Daniel de Goes Maciel
Miriam Hiroko Inoue
Artur Grando Pilati
Willian Zonin Franco
Enelise Osco Helvig
João Paulo Matias
André Cosmo Dranca
Jéssica Naiara dos Santos Crestani
Cristiane Hauck Wendel
Katyussa Karolyne Grassato Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.61419300912

CAPÍTULO 13 102

IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DA GENEALOGIA DE AVÓS NA AVALIAÇÃO GENÉTICA DE CODORNAS DE POSTURA

Tádia Emanuele Stivanin
Francieli Sordi Lovatto
Elias Nunes Martins
Sandra Maria Simonelli

DOI 10.22533/at.ed.61419300913

CAPÍTULO 14 107

AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO LEITE: ESTUDO DE CASO NO VALE DO PARAÍBA – SÃO PAULO

Gabriela Giusti
Gustavo Fonseca de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.61419300914

CAPÍTULO 15	120
“SUSTENTABILIDADE” <i>VERSUS</i> CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: A LUTA PELA JUSTIÇA AMBIENTAL E O CASO DO CERRADO	
Heloisa Improta Dias	
DOI 10.22533/at.ed.61419300915	
CAPÍTULO 16	130
PRODUÇÃO, AUTOCONSUMO E RENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO TERRITÓRIO DA SERRA DO BRIGADEIRO	
Maria Cristina Silva de Paiva	
Mariana Silva de Paiva	
Larissa de Bem Nacif	
Stefany Alves Machado Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.61419300916	
CAPÍTULO 17	142
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA	
Renata Piecha	
Maria Catarina Chitolina Zanini	
DOI 10.22533/at.ed.61419300917	
CAPÍTULO 18	154
TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NO SEMI-ÁRIDO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.61419300918	
CAPÍTULO 19	169
POVOS INDÍGENAS DO SUL DA BAHIA E DIREITOS HUMANOS: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA	
Altemar Felberg	
Elismar Fernandes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.61419300919	
SOBRE OS ORGANIZADORES	183
ÍNDICE REMISSIVO	184

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA

Renata Piecha

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria – Rio Grande do Sul

Maria Catarina Chitolina Zanini

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria – Rio Grande do Sul

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; divisão sexual do trabalho; campo;

SEXUAL DIVISION OF LABOR IN THE COUNTRYSIDE: FROM INVISIBILITY TO RESISTANCE

RESUMO: No mundo rural, em que traços de patriarcalismo ainda se encontram, o trabalho feminino é por vezes invisibilizado. No contexto da agricultura familiar é o homem/marido, ainda, o principal detentor do lucro que advém das atividades produtivas, enquanto a mulher/esposa, apesar de participar ativamente dessas atividades, não usufrui igualmente dessa renda, sendo o seu trabalho, além disso, menosprezado ou ainda caracterizado enquanto “ajuda”. Esta proposta tem como principal objetivo refletir brevemente acerca da divisão sexual do trabalho no campo e apresentar algumas das técnicas de resistências que são desenvolvidas pelas mulheres rurais, para obterem um ganho que seja, de fato, administrado por elas, para assim, conquistarem uma maior autonomia. O reconhecimento do trabalho das mulheres é um entrave enfrentado, até hoje, pelos movimentos feministas. Esse reconhecimento é uma ferramenta fundamental para que haja uma diminuição das desigualdades de gênero.

ABSTRACT: In the rural world, where traces of patriarchy are still found, women’s work is sometimes invisible. In the context of family agriculture, the man / husband still is the main owner of the profit that comes from productive activities, while the woman/wife, although actively participating in these activities, does not enjoy this income equally, disparaged or even characterized as “aid”. This proposal has as main objective to reflect briefly on the sexual division of labor in the countryside and to present some of the resistance techniques that are developed by the rural women, to obtain a gain that is in fact administered by them, in order to conquer a greater autonomy. Recognition of the work of women is an obstacle faced, until now, by feminist movements. This recognition is a fundamental tool for reducing gender inequalities.

KEYWORDS: women; sexual division of labor; countryside;

1 | INTRODUÇÃO

O campo ainda é um espaço bastante marcado pelas diferenças de gênero, que advém do forte enraizamento de uma cultura patriarcalista, que está relacionada com a naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres e as relações hierárquicas que se dão no interior das famílias camponesas, que acabam legitimadas pela/na divisão sexual do trabalho. O contexto da agricultura familiar é marcado pela participação de todos os integrantes da família nas atividades produtivas, porém, em muitos casos, é o homem/marido considerado o principal membro desse grupo e aquele que decide acerca dos destinos da propriedade. Já a mulher/esposa aparece como coadjuvante no que diz respeito ao trabalho e ao papel exercido pela mesma.

Esta proposta pretende discutir a divisão sexual do trabalho entre camponeses e refletir acerca de algumas práticas de resistência que são adotadas pelas mulheres rurais, ou seja, quais atividades estas procuram exercer para obter uma fonte de renda que seja por elas usufruída. Aqui, leva-se em conta que o lucro que advém das atividades produtivas – a principal fonte de renda da família camponesa – é administrado, em sua maioria, pelo homem, mesmo que a mulher exerça as mesmas funções perante o âmbito dito produtivo. As mulheres ocupam uma posição de subalternidade nesse meio e seu trabalho não possui o devido valor, sendo muitas vezes, invisibilizado ou caracterizado enquanto “ajuda”, ou “leve” (PAULILO, 1984; BRUMER, 2004; CARNEIRO, 1994). Além de participarem ativamente das atividades produtivas e não usufruírem de maneira igualitária dessa renda, a jornada de trabalho das mulheres do campo é exaustiva, ultrapassando a dupla jornada. A carga destas mulheres ficam as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos, com a casa e com o marido e, também, o cuidado com a horta, com os animais de pequeno porte e a atividade leiteira, entre outras atividades que se estendem do amanhecer até o anoitecer. No entanto, além de todas essas funções, as mulheres ainda desenvolvem um meio para obter um ganho que seja, de fato, por elas administrado.

Para o presente artigo, primeiramente, faz-se necessário a compreensão do termo “gênero”, enquanto teoria crítica, buscando relacionar o termo com as mulheres no contexto rural. Para isso, então, buscaremos analisar mulheres específicas em contextos específicos (NICHOLSON, 1999). Busca-se, também, compreender a construção social e histórica que secundariza o trabalho da mulher dentro das relações familiares e de trabalho, legitimada pela divisão sexual do trabalho (PAULILO, 1987). Logo, pretende-se analisar como se dá essa divisão sexual do trabalho no âmbito rural, levando em consideração que para o movimentos feministas, a valorização do trabalho das mulheres - tanto no âmbito público, quanto no privado - ocupa um papel fundamental. Nesse sentido, pretende-se discutir sobre algumas atividades que são adotadas por estas mulheres visando sua maior autonomia. Por fim, pretende-se fomentar a importância do trabalho feminino exercido no meio rural, tanto junto as atividades produtivas, quanto no âmbito doméstico, para assim, buscar a valorização

dessas “mulheres” e “camponesas”, fazendo com que estas ocupem, também, o papel de protagonistas/agentes nesse meio.

2 | COMPREENDENDO “GÊNERO”

Dentro do contexto das teorias feministas, o termo “gênero” surgiu como uma maneira de se referir à organização social da relação entre sexos. Mais recentemente, aparece rejeitando o determinismo biológico no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”, que serviriam como justificativa para diferenciação política e social. Em sua obra *“Gênero: uma categoria útil para análise”* (1989), Joan Scott afirma que o termo “gênero” refere-se às definições normativas da natureza feminina e aos papéis sociais atribuídos às mulheres. Aqui, vale ressaltar que no interior da teoria feminista, o emprego do termo tem um uso também estratégico, uma vez que conforme Scott (1989), “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulher”, parecendo assim, não ser uma ameaça crítica.

Para Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). A diferenciação feminino/masculino é legitimada também por meio das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Porém, Scott afirma que essa “diferença sexual” foi estabelecida não somente como um fato natural, mas também como uma base ontológica para a diferenciação política e social. A autora vai além e afirma que “gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23) legitimando e construindo as relações sociais e justificando, assim, as relações de poder. Scott acredita que é fundamental que esta dominação do masculino sobre o feminino pareça segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte de uma ordem natural e divina. A autora defende que não é a natureza, nem o aspecto biológico, mas sim, a organização social que produz a “diferença sexual”.

Já Linda Nicholson, em sua obra *“Interpretando Gênero”* (1999), sugere que haja uma “substituição de propostas sobre mulheres como tais, ou até sobre mulheres nas “sociedades patriarcais”, por propostas sobre mulheres em contextos específicos” (NICHOLSON, 1999, p.26). Abandonando, então, a ideia de que se pode definir claramente apenas um sentido para “mulher”, o que não significa que ela não tem sentido, mas, sim, o sentido de “mulher” pensado como algo que pode ilustrar as semelhanças e diferenças que se cruzam. Nicholson afirma, também, que aceitar o pressuposto que a natureza é algo dado e comum a todos as culturas é sempre usado para dar credibilidade à generalidade da proposição específica. Porém, a autora defende que isso é uma generalização equivocada tanto para mulheres quanto para homens.

Maria Catarina C. Zanini e Miriam de Oliveira Santos (2013) afirmam que a palavra gênero “está atrelada à posição social que cada sexo exerce numa determinada cultura. Este conceito se refere a valores sociais e não biológicos e, portanto, à desigualdade entre os sexos e à inferioridade que as mulheres sofrem na nossa sociedade (ZANINI; SANTOS, 2013, p. 95). Anita Brumer e Maria Ignês Paulilo (2004) afirmam que sexo e gênero não estão condicionados um ao outro de maneira reducionista, pois a própria sexualidade é uma diferença construída social, histórica e culturalmente. Ainda segundo as autoras, as especificidades imbricadas em relação ao sexo como uma construção social/cultural é capaz de refletir na ausência ou delimitação de oportunidades que podem ser garantidas às mulheres, porém isso proporcionaria o rompimento da reprodução de um *habitus* cristalizado. Enfim, “gênero”, refere-se a características socialmente construídas que atribui papéis diferentes a homens e mulheres, sendo este uma construção simbólica que designa determinadas características de acordo com o sexo.

2.1 “Gênero” no Contexto Rural

As mulheres camponesas se encontram em um contexto historicamente marginalizado e subalternizado. Há um contexto opressor no que diz respeito a valorização de suas atividades e sua identidade, enquanto “mulher” e “camponesa”. Sua existência como agente social não possui o reconhecimento cabível, seja no contexto familiar ou perante a sociedade em geral. Zanini e Santos (2013, p. 94) afirmam que “as mulheres ocupam um lugar subordinado na sociedade e o estatuto de objeto nas estruturas de parentesco”. Isso se dá devido ao enraizamento de um sistema de relações de base patriarcal, fazendo com que essas mulheres não possuam uma verdadeira autonomia em suas relações sociais.

Boa parte dos estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil tende a caracterizá-las por seu lugar dentro da unidade de produção, destacando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização (SILVA; SCHNEIDER, 2010). Vale questionar se esse fato não seria um reflexo da cultura patriarcal, que segundo De Grandi (1999), além de ser um sistema de dominação é um sistema de exploração feminina, que sujeita as mulheres a trabalharem em péssimas condições e por salários baixíssimos. Segundo dados (DESER – CEMTR/PR, 1996), o campo é um dos principais reprodutores das desigualdades de gênero, privilegiando o homem/marido enquanto chefe de família e da propriedade. Maria Ignez Paulilo (2003) enfatiza esses estudos afirmando que a propriedade da terra está muito mais ligada ao homem do que a mulher, ou seja, a desigualdade de gênero no meio rural está diretamente relacionada com a naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres e as relações hierárquicas que se dão dentro das famílias camponesas, que acabam legitimadas pela divisão sexual do trabalho. Em outras palavras, a hierarquização entre os membros da família se reflete na hierarquização de suas tarefas. Aqui, vale

ressaltar, que no meio rural a hierarquia familiar é bastante forte e, se estrutura, conforme Paulilo (1987), por sexo e geração, estando os homens mais velhos ao topo e as mulheres mais jovens à base.

No meio rural, as mulheres raramente ocupam cargos de destaque, como por exemplo, a gerência e organização do trabalho e a divisão dos benefícios financeiros não são feitos de forma igualitária, mesmo que a mulher exerça as mesmas atividades que o homem junto à produção. Sendo assim, além de participar intensamente das atividades produtivas - que são a principal fonte de renda da família camponesa - a jornada de trabalho dessas mulheres é contínua e extremamente exaustiva, indo além. A rotina de trabalho das mulheres camponesas envolve atividades produtivas e de cuidado, consideradas como intrínsecas ao ser mulher e isso se dá, pois as mulheres são, historicamente, vistas a partir do ponto de vista fisiológico, ou seja, são destacadas por sua função sexual – no caso, a de reprodutoras e cuidadoras -, sendo isso, o que legitima o cumprimento de todas essas funções.

A desigualdade de gênero no campo se manifesta, ainda, segundo Brumer (1996) pela assimétrica distribuição da herança – que é permeada por todo um contexto histórico, econômico e simbólico -, no qual o filho/homem recebe, ao assumir matrimônio, um pedaço de terra, enquanto a filha/mulher leva consigo – indo residir na terra do marido – um enxoval, uma vaca e, uma máquina de costura. Brumer (1996) também afirma que as mulheres estavam destinadas apenas para os espaços privados, não se deslocando à espaços públicos. Como várias teóricas feministas vem a anos afirmando, o espaço público é feito por e para os homens, enquanto o espaço privado é destinado às mulheres.

Vale ressaltar que, conforme afirmam Zanini e Santos (2013), a partir da segunda metade do século XX, com a expansão dos movimentos feministas e de políticas públicas destinadas as mulheres, as relações de gênero no meio rural passaram por algumas transformações, lentas e graduais. Porém, é importante afirmar que a desigualdade de gênero no campo ainda é bastante significativa. O movimento feminista vem a anos tentando evidenciar a importância do trabalho feminino, tendo em vista, a busca por melhores condições de vida para essas mulheres, assim como, a busca por igualdade. Sendo assim, um ponto fundamental pra diminuir a desigualdade de gênero, que ainda é bastante nociva no meio rural, seria o reconhecimento do trabalho dessas mulheres camponesas.

3 | DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO

Para compreender o papel da mulher no meio rural de uma forma breve e ampla e a invisibilidade do trabalho feminino se faz necessário compreender a divisão sexual do trabalho, que é constituída por duas esferas, distintas, porém antagônicas, possuindo raízes históricas:

A esfera pública (masculina) focada no social, político e econômico-mercantil, amparada em critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais, e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido) das necessidades humanas. Por outro lado, a esfera privada ou doméstica (feminina) focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer ideia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas (CARRASCO, 2003).

Conforme a ótica social, o trabalho masculino é considerado de maior valor do que o feminino. São os homens os responsáveis pelo sustento da família e pela execução de cargos de alto prestígio social, enquanto as mulheres findam muitas vezes por serem excluídas do espaço público, ocupando o mero papel de reprodutoras. Às mulheres cabe o âmbito doméstico, as obrigações familiares e a maternidade, sendo essas funções não remuneradas ou reconhecidas socialmente. Erroneamente, o trabalho doméstico é considerado um trabalho de menor importância, ou seja, secundário, isso quando é caracterizado como tal, pois este, muitas vezes, é chamado de “serviço” ou “favor” (BRUMER, 1996).

No campo, a divisão sexual do trabalho fica ainda em maior evidência. Aos homens é reservado o reconhecimento público do trabalho produtivo, ou seja, aquelas voltadas ao mercado, que geram renda a família. Já o trabalho feminino permanece oculto e obscurecido. A carga das mulheres ficam as tarefas domésticas e as atividades de reprodução familiar, como cuidar da horta, das pequenas criações, da atividade leiteira, assim como, o cuidado com os filhos, sustentando a reprodução do modelo social rural por herança, e o próprio cuidado do esposo, sendo este último talvez a mais importante função da esposa (WOORTMANN, 1995). Segundo Paulilo (1987) e Brumer (1996) o trabalho feminino fora do âmbito doméstico, na grande maioria das vezes, acaba por ser caracterizado como “leve”, “insignificante” e até como “ajuda” à família - termos que subtraem o real valor deste trabalho. Porém, é válido destacar que as mulheres camponesas também participam ativamente das atividades produtivas sem o devido reconhecimento. Segundo Anita Brumer (1996), como as mulheres ocupam uma posição de subordinação em relação aos seus maridos, seu trabalho é, na grande maioria das vezes, considerado apenas como “ajuda” mesmo se a mulher trabalhar tanto quanto o homem ou executar as mesmas atividades que este. Sendo assim, Brumer afirma que as atividades agrícolas exercidas pelas mulheres são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa e, muitas vezes, recebem pouca ou nenhuma remuneração pelas atividades executadas por elas.

Em sua obra, *O Peso do Trabalho Leve* (1987), Paulilo explica como funciona a divisão sexual no campo. A autora destaca a existência de categorias de trabalho dentro das famílias camponesas. Estes seriam divididos entre “trabalho leve”, aquele reproduzido por mulheres e crianças, e “trabalho pesado”, que seriam as atividades reproduzidas, majoritariamente, pelos homens. A autora destaca que a classificação desses trabalhos ocorre de forma diferenciada de acordo com as regiões, ou seja, possui determinantes culturais dependendo da perspectiva social que se analisa. Por

exemplo, um trabalho que é considerado “pesado” em determinada região, porém, se for exercido por mulheres e crianças em outra região acaba por ser classificado como “trabalho leve”. Segundo Paulilo, no cotidiano rural, homens e mulheres acabam reproduzindo tarefas “pesadas”, porém, quanto mais proeminente o trabalho executado, mais a mulher encontra-se excluída dele. Nas palavras da autora “o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 70). Sendo assim, a autora defende que a lógica da divisão sexual do trabalho naturaliza o lugar da mulher na esfera doméstica (responsável pelo trabalho reprodutivo, não remunerado) e designa ao homem o trabalho produtivo (remunerado). Para complementar o raciocínio de Paulilo, na obra intitulada *Novas Configurações da Divisão Social do Trabalho* (2007), Helena Hirata e Daniele Kergoat afirmam que a divisão sexual do trabalho está relacionada com a representação social do ser mulher e do ser homem, sendo assim, o valor social do trabalho é conferido pelo fato de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si.

Segundo Moura (1978), o trabalho familiar é baseado pela lógica produtiva e reprodutiva do grupo, estando fundado na divisão sexual do trabalho. Para compreender melhor como a naturalização da divisão sexual se dá, Pierre Bourdieu (2005) enfatiza que essa divisão sexual do trabalho se mostra como algo natural, dado e até inevitável. Para o autor, a divisão sexual do trabalho acaba sendo incorporada pela sociedade, pelo corpo e pelo *habitus*, funcionando como sistema de percepção, ação e pensamento. Há assim, uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas, que leva a uma referência ao mundo, que acaba por apagar as condições sociais que a torna possível, legitimando o arbítrio, como se fosse algo natural e inquestionável.

Outro entrave encontrado pelas mulheres no campo em relação ao trabalho exercido por estas, segundo Anita Brumer (2004), é o fato que a atividade profissional e vida familiar são dadas no mesmo local, fazendo com que as relações entre homens e mulheres sejam tanto como cônjuges ou colaboradores. Paulilo (2003 p. 37) enfatiza essa ideia afirmando que no meio rural “as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico”. Aqui, vale ressaltar que “o trabalho das mulheres rurais está tão ou mais ‘para além da dupla jornada’ que o das mulheres urbanas”, pois “ele ocorre numa jornada contínua, que vai desde o amanhecer até o anoitecer, resultando numa confusão entre as atividades domésticas e produtivas” (RODRIGUES; SARAIVA, 2010, p.72). Sendo assim, as mulheres se envolvem em inúmeras atividades, dando conta da rotina da família até o trabalho que se realiza junto as atividades produtivas.

As funções exercidas por essas mulheres, ultrapassam demasiadamente as práticas vinculadas ao trabalho doméstico, sendo muitas vezes subestimadas, uma vez que, muitas das atividades exercidas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho

(FARIAS, 2009). Sendo assim, um grande passo para diminuir as desigualdades de gênero no campo, segundo Maria Ignez Paulilo, seria um pleno reconhecimento do trabalho exercido pelas mulheres rurais. Nas palavras da autora:

A categoria “trabalho”, remunerada ou não, sempre foi relevante para o pensamento feminista. Considerando trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres nas casas e nas pequenas fazendas foi uma forma de torná-lo visível e mais valorizado. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, então, numa sociedade em que quase tudo é comprado, o acesso da mulher a algum tipo de renda própria poderia torna-la mais independente do marido e mais participativa nas decisões que envolvem tanto o grupo como a sociedade (PAULILO, 2003, p. 3).

Esse reconhecimento deve acontecer tanto nas atividades que são realizadas no âmbito doméstico, quanto as que são realizadas fora dele. Só assim, essas mulheres camponesas possuirão mais autonomia perante as suas relações sociais.

4 | PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

As mulheres rurais são, historicamente, marginalizadas no Brasil. Sua existência enquanto sujeito tende a ser invisível aos olhos da sociedade. A divisão sexual do trabalho contribuiu, ainda mais, para a minimização da identidade da mulher rural em considerar-se também como uma protagonista nas atividades exercidas nesse meio e, ainda, em usufruir, de maneira autônoma, dos ganhos que advém dessas atividades. Sendo assim, muitas vezes, estas mulheres buscam uma forma de renda – que seja considerada, de fato, delas – em atividades ditas secundárias, ou seja, aquelas atividades que não se caracterizam como a principal fonte de renda da família.

Tedesco (1999) afirma que a modernização e a urbanização foram processos que redefiniram a instituição familiar camponesa. Houve mudanças no âmbito econômico, político e social, assim como, as técnicas de produção. Essas mudanças rearranjaram, de certa forma, as relações de trabalho que se dão dentro da família camponesa. Têm-se como exemplo, a atividade leiteira que, segundo Paulilo (2009), é uma atividade tradicionalmente feminina, mas que por muito tempo se caracterizou como sendo a principal fonte de renda da família camponesa. Sendo assim, todos os membros da família participam dessa atividade que, mais uma vez, acaba sendo, administrada pelos homens, pois são eles que participam de reuniões, de especializações e decidem sobre os assuntos referentes à venda do produto. Nota-se, então, que uma atividade é de responsabilidade das mulheres quando não traz um lucro significativo para a família, pois quando traz, o homem acaba se apropriando. Porém, com todas essas mudanças a atividade leiteira passou, em muitos locais, a não caracterizar a principal fonte de renda da família, voltando a ser uma atividade de total domínio feminino.

Dessa produção leiteira muitas mulheres produzem e comercializam o queijo colonial. Que se caracteriza como uma atividade que vai desde a ordenha até a fabricação e conservação deste produto. Simonetti (2011) afirma que no campo a

lógica comercial é diferente da urbana, pois os camponeses possuem como forma de troca suas colheitas e outras formas de produtividade. Segundo a autora estas trocas são, muitas vezes, consideradas por estes camponeses como injustas. Isso se dá, principalmente, pela histórica desvalorização do trabalho camponês, seja ele exercido por mulheres ou homens. Santos (1981) enfatiza essa ideia afirmando que o bem industrial tem um valor maior do que o produzido pelos colonos. Nota-se, então, que o queijo colonial é uma forma de troca bastante utilizada pelas mulheres camponesas, porém, como tantos outros produtos, não possui um valor significativo no mercado.

As outras atividades que as mulheres exercem para buscar uma renda se encontram ligadas a produção de artesanato, costura, a venda de produtos que são cultivados em suas hortas ou quintais, a fabricação de compotas, pães, massas e bolachas, entre outras. Segundo Brumer (2004) além das mulheres serem as principais responsáveis pelo âmbito doméstico, ficam também encarregadas pelo cultivo de produtos destinados ao consumo da família. Sobre a venda destes produtos elas possuem certa autonomia – assim como possuem no âmbito doméstico -, porém a autora afirma que essa autonomia não deve ser superestimada. Principalmente, porque dentro do contexto familiar, o trabalho doméstico e as tantas outras atividades exercidas por estas mulheres não são classificadas enquanto trabalho e, ainda, são sustentados pela ótica de que são atividades intrínsecas ao ser mulher (BRUMER, 2004).

Além disso, vale ressaltar, que o dinheiro ganho pelas mulheres é considerado menos fundamental do que o ganho pelos homens, pois este último, em uma sociedade patriarcal, é o único responsável pelo sustento da família, enquanto o lucro que advém do trabalho feminino é visto como complementar (ZELIZER, 1989). Porém, segundo Simonetti (2011) há uma modificação neste contexto, quando o acesso da mulher à renda faz com que esta tenha uma maior participação no contexto familiar, mas vale ressaltar que, como afirma a antropóloga, a busca dessas mulheres por seu espaço é diária, havendo uma constante procura por alternativas para obtenção de mais rendimentos. Apesar de não valorizadas, estas práticas trazem alguma renda a estas mulheres, fazendo com que possuam alguma independência e participação nas decisões do núcleo familiar. Porém, em contrapartida, vale questionar se estas atividades não acabam sobrecarregando as mulheres, pois além de participarem ativamente das atividades produtivas, sendo responsabilizadas pelo cuidado da casa, dos filhos, da alimentação, entre tantas outras atividades, estas ainda se dedicam a outras em busca de renda. Essa busca por alternativas se dá, pelo fato de haver uma distribuição desigual da renda que advém das atividades produtivas, que se legitima pela forte hierarquização familiar.

Como já foi dito, no campo a esfera familiar e de trabalho tendem a destinar às mulheres as posições de subalternidade. Apesar de todas estas barreiras, as mulheres ainda conseguem se colocar e buscar por uma vida mais digna e independente. Essa imposição pode ser caracterizada, segundo Castells (1999), como um tipo de

“identidade de resistência”. Segundo o autor, essa forma de resistência é a mais significativa, pois se manifesta contra diversos tipos de opressão. Para complementar esse raciocínio, Ortner (2007) afirma que os atores sociais “resistem” ou “negociam” sua vida social e, assim, acabam por reproduzir um viés cultural ou social diferente do que lhes foi apresentado.

Por fim, vale destacar que a grande maioria das mulheres usam seus lucros para favorecer as despesas com a casa e com o bem-estar dos membros da família (FLORA; SANTOS, 1986). Também procuram investir na emancipação dos filhos, empregando esse dinheiro em seus estudos (ZANINI; SANTOS, 2013). Enfim, vale destacar o quanto estas mulheres, apesar de todas as diversidades, clamam por seu espaço e sua autonomia, desenvolvendo estratégias, superando desafios e modificando – ainda que lentamente - seu meio.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher rural, assim como a urbana, começou nas últimas décadas a reivindicar por seu lugar na sociedade, buscando sua maior independência e autonomia. Apesar de algumas mudanças já terem (lentamente) acontecido no campo, abalando as estruturas fixas da família patriarcal e permitindo que a mulher rural ocupasse posições que, até então, eram destinadas apenas aos homens, ainda se está longe de alcançar uma equidade entre os gêneros. Como no campo brasileiro a “cultura patriarcal” ainda possui raízes muito profundas, o reconhecimento do trabalho das mulheres - tanto perante as atividades produtivas, como todas as outras inúmeras atividades que estas mulheres exercem no âmbito doméstico e em torno dele - é uma ferramenta fundamental para a diminuição das desigualdades de gênero. O acesso das mulheres ao dinheiro, em uma sociedade capitalista, é fundamental para que também possam ter acesso a outros recursos, que até hoje, estas foram privadas. Recursos estes, que inclusive, possam facilitar a execução de suas tarefas e, também, melhorar sua qualidade de vida.

O reconhecimento do trabalho, ainda, é uma maneira de fazer com que estas mulheres possuam autonomia, perante suas escolhas, suas relações e seus modos de vida. E, ainda mais, reconhecer o trabalho dessas mulheres é reconhece-las, também, enquanto sujeitos, valorizando sua identidade que, historicamente, sofre com uma constante depreciação. Enfim, este pleno reconhecimento é um passo importante para minimizar os danos que todo um sistema exerce sobre esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

- BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. *Revistas de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.
- BRUMER, Anita. **Mulher e desenvolvimento rural**. In: PREVESLAU, Clio; ALMEIDA, F. Rodrigues; ALMEIDA, J. Anécio (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: EDUFMS, 1996.
- BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. **As agricultoras do Sul do Brasil**. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, V. 7, 2004, Nº. 12, p. 171 -174.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2, junho 1994.
- DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1999.
- FARIA, N. **Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural**. In: BUTTO, A. (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- FARIAS, Maria Dolores M. **Nem caladas nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais**. In: FERREIRA, Maria Luzia Miranda A. et al. (Orgs.). *Os saberes e os poderes das mulheres: A construção do gênero*. São Luís: EDUFMA; Salvador: Redor, 2001.
- FLORA, Cornelia Butler, and SANTOS, Blas. **“Women in Farming Systems in Latin America”**. In: NASH, Helen (ed.). *Women and Change in Latin America*. Massachusetts: Bergin & Garvey, 1986, p. 208-228.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas Configurações da Divisão Social do Trabalho**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007.
- MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NICHOLSON, Linda. **Interpretando Gênero**. *Cornell University*, 1999.
- ORTNER, Sherry B. **Subjetividade e crítica cultural**. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n.28, p. 375-405, jul./dez. 2007.
- PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n.28, 1987.
- PAULILO, Maria Ignez. **A “masculinização” da produção de leite**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol.47 no.1 Brasília, 2009.
- PAULILO, Maria Ignez. **Movimentos de Mujeres Agricultoras y los muchos sentidos de la “igualdad de género”**. Trabalho apresentado no 52o. Congresso Internacional de Americanistas. Sevilha – Espanha, 17 a 21 de julho de 2006.
- PAULILO, Maria Ignez. SCHMIDT, W. (Org.). **Agricultura e espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- PAULILO, Maria Ignez; DE GRANDI, A.; SILVA, M. M. **Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Inez S. **Trabalho familiar: Uma categoria de análise esquecida**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC. V.12, 2004.

RODRIGUES, Ana Cláudia SCOTT, Parry; SARAIVA, Jeiza das Chagas. **Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais**. In: CORDEIRO, Rosineire; MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry. *Gênero e Geração em Contextos Rurais – Ilha de Santa Catarina*: Editora Mulheres, 2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila.

SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade**. Princeton, 1999.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. **Gênero, trabalho rural e pluriatividade**. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.) *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 2010.

SIMONETTI, Fernanda. **“Mamma Mia”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas**. Dissertação de Mestrado; UFSM, 2011.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família – racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Editora UPF. 1999.

WOORTMAM, Ellen. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. Editora Universidade de Brasília. São Paulo – Brasília, 1995.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. **Colonas Italianas no Sul do Brasil: Estigma e Identidade**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS; Leonilde Servolo de (Organizadoras). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói : Alternativa, 2013.

ZELIZER, Viviana A. **The Social Meaning of Money: “Special Monies”**. The American Journal of Sociology, The University of Chicago, setembro 1989. n° 2, v.95.

SOBRE OS ORGANIZADORES

CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS - Engenheiro-Agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica-RJ; Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pela Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal-SP; Mestre em Fitotecnia pela UFRRJ. Atualmente é Doutorando em Fitotecnia na mesma instituição e desenvolve trabalhos com ênfase nos seguintes temas: Produção Vegetal, Horticultura, Manejo de Doenças de Hortaliças. E-mail para contato: carlosantoniokds@gmail.com

JÚLIO CÉSAR RIBEIRO - Engenheiro-Agrônomo formado pela Universidade de Taubaté - SP (UNITAU); Técnico Agrícola pela Fundação Roge - MG; Mestre em Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutor em Agronomia - Ciência do Solo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pós-Doutorado no Laboratório de Estudos das Relações Solo-Planta do Departamento de Solos da UFRRJ. Possui experiência na área de Agronomia (Ciência do Solo), com ênfase em ciclagem de nutrientes, nutrição mineral de plantas, fertilidade, química e poluição do solo, manejo e conservação do solo, e tecnologia ambiental voltada para o aproveitamento de resíduos da indústria de energia na agricultura. E-mail para contato: jcragronomo@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 130, 131, 132, 133, 140, 142, 143, 177
Antagonista 77, 80, 82
Aquecimento Global 107, 109, 111, 114, 115, 117
Área de preservação permanente 8
Azospirillum Brasilense 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75

B

Bayesiano 102

C

Café 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 48, 136, 137, 138, 139, 140
Carbono 108
Cerrado 18, 19, 20, 21, 22, 76, 120, 121, 126, 127, 128, 129
Coffea arabica 18, 19, 21, 23, 24, 25, 28
Coffea arábica 23, 26, 27
Controle biológico 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 78, 79
Corymbia citriodora 37, 38, 39

E

Efeito Estufa 107, 108

F

Fusarium 77, 78, 79, 84, 85

G

Geotecnologia 2
Glyphosate 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101

H

Herbicida 23, 27, 61, 91, 92, 94, 99, 100
Herdabilidade 102, 104

I

ILPF 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44
Inimigos Naturais 56, 59, 63
Irrigação 10, 11, 12, 14, 15, 16, 19, 21, 22, 25, 26, 31, 158

L

Licenciamento 120, 125, 126, 129

M

Manejo 1, 7, 11, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 40, 63, 64, 65, 86, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 124, 125, 183

Mulching 23, 24, 25, 26, 27

N

Nitrogênio 25, 66, 67, 68, 74, 75, 76

R

Redes neurais 34

S

Sustentabilidade 30, 31, 77, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 141

T

Tamarindus Indica 45, 46, 47, 48, 53, 54

Transposição 11

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-661-4

